

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DO COLÉGIO PEDRO II, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2012.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2012 (quarta-feira), às 18h30min, em segunda convocação, realizou-se, no Auditório da Unidade Escolar São.Cristóvão I do Colégio Pedro II, após ampla divulgação entre os associados, a Assembleia Geral Ordinária da Associação de Docentes do Colégio Pedro II (ADCP II), para deliberar sobre a seguinte pauta; 1) Informes; 2) Prestação de Contas; 3) Ação Coletiva Piso Salarial Nacional do Magistério. A Diretoria da Associação, representada pela professora Denise Rezende, que coordenou a reunião, por julgar oportuno aproveitar a realização dessa assembleia e tendo em vista o momento político-administrativo vivido pela Instituição de Ensino face à recente aprovação da Lei 12677-12, propôs a inclusão do assunto '*Estrutura político-administrativa do CP II, após sanção da lei nº 12677/2012*' à pauta divulgada. Colocada a proposta em votação, a inclusão do ponto foi aprovada por unanimidade e, sendo assim, a pauta passou a ser: **1) Informes; 1.1) Grupos de Trabalho: GT Carga Horária dos Docentes do 1º Segmento, 1.2) CESTUR; 1.3) EPAD; 1.4) Movimento Nacional de Greve; 2) Prestação de Contas; 3) Ação Coletiva Piso Salarial Nacional do Magistério; 4) Estrutura político-administrativa do CP II, após sanção da lei nº 12677/2012.** Iniciando o primeiro ponto, a professora Denise Rezende apresentou informes sobre o trabalho do: **1.1) GT Carga Horária dos Docentes do 1º Segmento**, que já realizou várias reuniões de estudo e discussão, tendo recebido a Chefe de departamento para apresentar-lhe a proposta e colher maiores informações sobre a organização da carga horária no departamento. A professora Teresa esclareceu que essas atividades não são somente restritas ao GT, mas abertas a todos os interessados e que, na reunião com a Chefia do Departamento, ficou acordado que o GT apresentará no próximo Colegiado o resultado de seu trabalho propondo o início da discussão do tema no Departamento. **1.2) A professora Denise, falando sobre a CESTUR – Comissão de Eventos Sociais e Turismo ou GT Atividades Culturais** - divulgou as atividades que o grupo organizou, como o passeio à Casa do Pontal e Sítio Burle Max, em junho passado, além do Encontro de Aposentados, em maio próximo passado, e convidou os presentes a participarem da visita a Belo Horizonte e Inhotim, atividade prevista para a segunda quinzena de outubro do corrente ano. **1.3) as professoras Ana e Márcia informaram que a organização do Encontro de Professores da Associação de Docentes**, que, inicialmente, estava previsto para outubro, está em compasso de espera devido à greve. Todo o esforço possível está sendo feito para que ele aconteça ainda este ano, mas depende da definição do novo calendário letivo e da avaliação da comissão organizadora. **1.4) Movimento Nacional de Greve** – Neste ponto as professoras Ana, Márcia e Vânia revezaram-se para informar as datas de assembleias e atos públicos a ocorrer naquela semana e ressaltar o Estudo realizado pela professora Vânia sobre os pontos de reivindicação e da carreira, que pretendeu apresentar uma visão mais ampla dos movimentos de greve e das entidades que participaram das negociações em Brasília. **2) A Prestação de Contas** foi feita pela professora Márcia Maretti, atual tesoureira, e pela professora Regina Pinto, tesoureira da gestão anterior, que apresentaram os

balancetes devidamente assinados pelo contador da entidade referentes ao período de julho de 2011 a julho de 2012. A professora Regina comparou os dados dos dois semestres e percebeu aumento da receita, mas concluiu que esta foi acompanhada do crescimento das despesas. Avaliou-se que o aumento da despesa se deve aos aumentos tanto de produtos quanto, principalmente, de reajustes dos funcionários e prestadores que tiveram acordos de aumento salarial bem acima dos percebidos pelos professores. A professora Marcia apresentou a lista dos encargos: funcionárias, prestadores de serviços, festas e encontros, passeios, reembolso para formação continuada, agendas para os associados e demais atividades políticas, culturais e pedagógicas (projetos das unidades) promovidas pela Associação. Os associados presentes, de posse do balancete consolidado, questionaram alguns dados e expuseram suas dúvidas em relação a alguns gastos, como honorários judiciais, tickets alimentação, manutenção da sala, subvenção para estudos e auxílio saúde das funcionárias. Sobre a subvenção para os estudos, a professora Regina esclareceu que este investimento na formação das funcionárias surgiu na sua gestão, após consulta ao contador quando ficou acordado pagar o equivalente a 40% da mensalidade da faculdade cursada pela funcionária. A tesoureira atual, professora Márcia Marette, falou sobre o subsídio para participação em congressos e explicou que o limite para essa ajuda era de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para inscrição e de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) para transporte, por associado que solicite e no máximo duas vezes ao ano. Explicou também que a Diretoria estava avaliando um modo de auxiliar na reprodução de cópias e/ou impressão de teses e dissertações a partir da solicitação de uma associada. Ressaltou que essas ações sobrecarregam a receita da Associação em alguns meses nos quais tradicionalmente ocorre maior número de congressos e encontros. A professora Rose apresentou algumas sugestões sobre o incentivo ao estudo das funcionárias. Defende que os cursos deveriam se limitar à área de interesse da Associação e ponderou que ticket-refeição e auxílio-saúde representam mais de 50% dos salários recebidos e que, na sua avaliação, isso representa uma desproporção. A professora Márcia apresentou os esclarecimentos falando que a ADCPII contrata e paga os planos de saúde diretamente. A professora Regina falou dos dissídios salariais, informando que na gestão anterior chegou-se a pagar um percentual maior do que o estabelecido pelos sindicatos da categoria, mas que, na gestão atual, o mesmo não vem acontecendo. Denise Rezende falou da preocupação das diretorias em valorizar as funcionárias, respeitando seus direitos e dando-lhes incentivo para o bom desempenho do trabalho. Ressaltou que a associação mantinha uma relação trabalhista justa e respeitosa com seus funcionários, buscando não reproduzir a lógica de exploração e desvalorização contra a qual lutamos e buscar ações para tentar valorizar o trabalho e a carreira docente. Lembrou que nós, servidores, estamos em desvantagem, pois o índice que recebemos este ano foi de 4%, que não repõe nem a inflação anual, mas que nem por isso deveríamos reproduzir isso e esclareceu que os salários não são iguais entre as três funcionárias, devido às diferenças de tempo de serviço na Associação. A professora Denise Sayde propôs que o reajuste fique limitado ao índice estabelecido pelos sindicatos até que a ADCPII consiga aumentar sua receita, pois o equilíbrio receita-despesa está em risco. A

professora Neila concordou com as ponderações da professora Rose, sobre os cursos voltados para as atividades que as funcionárias desenvolvem na Associação. A professora Elena, tendo feito alguns cálculos sobre as médias de salários, ticket alimentação e plano de saúde apresentados nos balancetes, recomendou que precisariam ser revistos, corrigindo distorções, até mesmo, redefinindo-os. A professora Márcia Maretti, tesoureira atual, assumiu o compromisso de verificar esses valores e, nos próximos reajustes, tentar corrigir as distorções. O professor Tiago defendeu que os cursos realizados pelas funcionárias devem ser livres, pois não há garantias de retorno direto a este benefício mesmo que o curso tenha relação direta com o trabalho. Disse, ainda, que o objetivo do incentivo deve ser a satisfação das funcionárias, que possivelmente se refletirá na qualidade do trabalho. Feitas as ressalvas dos professores Rose (proporção entre salários e benefícios), Denise Sayde (índices do dissídio salarial), Neila (consumo de luz) e Paulo Rogério (solicitar ao Colégio relógio de luz e conta próprias), foi apresentado o saldo em conta corrente (duas contas – Cestur e ADCPII). Foi ressaltada positivamente a seriedade com que a avaliação dos balancetes foi feita pela plenária, e encaminharam-se à votação os balancetes do segundo semestre de 2011 e do 1º semestre de 2012 que foram aprovados, reiterando-se o necessário cuidado com os pontos levantados anteriormente e registrados nesta ata.

3) Ação Coletiva Piso Salarial Nacional do Magistério: a professora Denise Rezende apresentou as informações e estudos que balizaram os encaminhamentos da Diretoria (envio de ofícios ao MEC, MPOG e entidades congêneres) e a ação que ora se propõe. Considerando o vencimento que constava na tabela salarial dos professores federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, no regime de 20h e 40h, os servidores docentes enquadrados nas classes D I e DII receberam, nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, valor inferior ao piso nacional estabelecido através da Lei 11.738/2008 - valor atualizado para R\$ 1.451,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais) a partir de janeiro de 2012. No intuito de buscar garantir o direito destes professores, **a assembleia decidiu, por unanimidade, que fica a ADCP II autorizada a buscar a devida reparação, em juízo ou fora dele, para os docentes que perceberam valores inferiores ao fixado ao piso nacional legal estabelecido pelas normas em vigor.** Ainda sobre este ponto, a professora Elena questionou se o ressarcimento seria somente referente a 2012 ou retroativo a 2008, quando da sanção da lei, ficando, então, a indicação para a Diretoria da Associação verificar a possibilidade da ação legal retroagir também aos anos anteriores.

4) Estrutura político-administrativa do CPII, após sanção da lei nº 12677/2012. Esse ponto iniciou-se por volta das 20h, com a professora Denise Rezende fazendo um breve histórico da situação vivida no CPII nas semanas anteriores à assembleia, quando o processo eleitoral para a Direção Geral que estava em curso foi cancelado e a Professora Vera Maria Rodrigues foi empossada no cargo de Reitora pro tempore, tendo como base a lei 12677/2012. Relatou-se também a reunião na quinta feira passada (23 de agosto) com a 'Direção Geral-Reitoria', da qual a ADCPII participou. Conforme proposta apresentada nessa reunião, a ADCPII recebeu ofício da Reitoria, datado de 27 de agosto, que foi lido na íntegra para os presentes, propondo a criação de um grupo de trabalho que, no período de 03 a 10 de setembro (com reuniões diárias das 15 às 18h) teria como tarefa a elaboração de um novo

Estatuto para a instituição. Esclareceu-se que a ADCPII informou, por ofício, à Reitoria que os nomes dos representantes (titular e suplente) só seriam enviados após a assembleia que estávamos realizando. Foi lembrado também que, em assembleia conjunta dos comandos de greve do CPII foi aprovada a criação de um fórum de entidades para tratar das questões internas e que na assembleia do Sindscope, realizada no dia 28, marcou-se a primeira reunião do fórum para o dia 31 de agosto, às 14h. Feitos esses esclarecimentos, foram abertas as inscrições para que os presentes fizessem suas avaliações e propostas. Fizeram uso da palavra, na ordem, os professores Flávia de Assis, Neila, Paulo Rogério, Rose, Elena, Márcia, Denise Rezende, Ana, Flávio, Luisa, Vânia, Neila, Regina Macedo, Glaucia, Denise Sayde, Flávia e Paulo, que discutiram sobre o caráter do GT proposto pela Reitoria, se se elaboraria um estatuto provisório ou definitivo, e sobre a importância da elaboração de um Estatuto que garantisse as especificidades do CPII. *"Um novo estatuto não pode ser resultado de um 'recorte e cola' dos estatutos dos outros IFE's, pois, ao fazer assim, se poderia ferir ou não garantir a organização e o perfil do CPII."* Avaliou-se também o prazo exíguo, de apenas 15 horas, para a execução da tarefa de elaborar o estatuto: *"O prazo estipulado não possibilita que os representantes das entidades consultem seus pares. As entidades deveriam se sentar no GT da DG se for garantida, por documentos, a provisoriedade desse estatuto inicial. Caso contrário, nenhuma entidade deve participar"*. Também se ponderou sobre os princípios que devem ser priorizados neste momento e se a prioridade deve ser a eleição para a reitoria ou a elaboração do Estatuto: *"Vale a pena correr o risco de descaracterização do CPII para garantir uma eleição rápida? A equiparação do CPII à Rede Federal de Ensino Técnico não é um evento isolado, está inserida em um projeto mais amplo. Parece-me que a intenção é de alterar a responsabilidade em relação aos níveis de ensino, de desresponsabilização do governo federal pela Educação Fundamental. O aligeiramento no trato das questões estatutárias na verdade adiam a construção de uma escola de educação básica mais democrática e participativa"*. Tentando prever que poderíamos ter pela frente uma eleição açodada, um regimento mal feito e um conselho superior ilegítimo, as falas foram traçando alguns panoramas políticos para o CPII que apontavam para a importância da elaboração do Estatuto e, por isso, deveria ser garantido um prazo maior para a consecução desse objetivo. Dada também a singularidade do momento que seria vivido na semana de 03 a 10 de setembro, indicou-se a necessidade de se apresentar nomes para a participação no GT mas com sua participação condicionada à avaliação em nova assembleia após informações oficiais sobre a composição do GT e a ampliação ou não do tempo destinado à tarefa. Por isso, acordou-se que seriam convocadas reuniões e/ou assembleias sempre que se julgasse necessário, ficando a ADCPII em um estado de *"assembleia permanente"*. Neste sentido, a assembleia aprovou o envio de um ofício à Reitoria indicando os nomes das professoras Denise Rezende (representante) e Márcia Maretti (suplente) para participação no GT e solicitando esclarecimento sobre a composição desse GT para que, de posse destas informações, fosse encaminhada à assembleia uma nova avaliação da participação da entidade. Foram aprovados alguns encaminhamentos como: denunciar em outras IFE's, MEC, sindicatos e CONIF a proposta do

grupo de trabalho apresentada pela reitoria, em prazo exíguo, isto é, apenas 15 horas de efetivo trabalho, sob alegação de garantir a realização de uma eleição ainda este ano. Foi aprovado ainda que as Entidades deveriam ir a Brasília, ao MEC e colocar seus *questionamentos, anseios e visões divergentes. O GT da DG deve ter um primeiro momento* de enfrentamento. É preciso ter oposição, pessoas que pensem diferente, que apresentem outro projeto de escola nesta disputa e por isso avaliou-se necessária a presença de representantes da ADCPII participando do GT. A assembleia aprovou também a participação da ADCPII no fórum de entidades que teve sua primeira reunião marcada para o dia 31 de agosto às 14 horas. Ressaltou-se, no entanto, que o fórum não seria um espaço deliberativo. No Fórum, os participantes, buscariam obter consenso e as divergências seriam encaminhadas por cada entidade nos fóruns decisórios de cada uma. Findas as avaliações, Denise leu todas as propostas apresentadas e os presentes foram pedindo esclarecimentos quando julgaram necessário. Os professores Magda, Neila, Paulo e Ana propuseram encaminhamentos, havendo grande participação da plenária para definir e aprofundar as discussões e encaminhamentos. Passando-se à votação das propostas, ressaltou-se que se deveria ter o cuidado de tirar as posições consensuais, já que se dispunha de poucas informações sobre a composição e as atribuições do GT. Assim, foram aprovados: a) a participação da ADCPII no Fórum de Entidades do CPII, cuja primeira reunião estava marcada para às 15h do dia 31 de agosto; b) Envio de ofício à Direção Geral, com os nomes de Denise Rezende (titular) e Márcia Maretti (suplente), solicitando, entretanto, esclarecimentos sobre a composição do GT e a ampliação de seu prazo de trabalho; c) Ida das entidades a Brasília, para reunião com o MEC e posterior denúncia no CONIF e em outros fóruns; d) "Estado de Assembleia Permanente", com reunião na sexta-feira, 31 de agosto, às 9 h, na ADCPII. Assim, tendo os participantes da assembleia registrado suas presenças no livro específico, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, no Colégio Pedro II - Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 2012.

Leusa Oliveira de Andrade
(Secretária da ADCPII)